

Manipular o tempo e desenrolar a bobina ao contrário¹

Manipulate time and unwind the reel backwards

Matheus Oliveira da Silva²

Resumo. Este artigo questiona uma das principais características narrativas da historiografia sobre a história dos cursos superiores de História no Brasil, a saber, a filiação às experiências dos cursos da Universidade de São Paulo (USP) e da Faculdade Nacional de Filosofia a partir de critérios pautados na cronologia, ou seja, na aceitação de que os primeiros cursos, como tais, teriam um papel orientador na compreensão das experiências posteriores. Tal questionamento parte da premissa de que o elemento temporal, na narrativa histórica, é uma construção, uma manipulação do ofício, e que, portanto, pode assumir diferentes recortes. Por isso, propõe ainda outros parâmetros para a elaboração de histórias sobre a referida temática.

Palavras-chave. Curso de História. Historiografia. Narrativa.

Abstract. This article questions one of the main narrative characteristics of the historiography on the history of higher education courses in History in Brazil, namely, the affiliation to the experiences of the USP and FNFfi courses based on criteria based on chronology, that is, on the acceptance that the first courses, as such, have a guiding role in the understanding of chronologically later experiences. Such questioning is based on the premise that the temporal element, in the historical narrative, is a construction, a manipulation of the craft, and that, therefore, it can assume different cuts. Therefore, it also proposes other parameters for the elaboration of stories on the theme.

Keywords. History course. Historiography. Narrative.

Introdução

Na produção historiográfica sobre a história dos cursos superiores de História, é possível encontrar uma referência comum à fundação dos cursos da Universidade de São Paulo (USP) e da Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi) como os primeiros do país, havendo, portanto, a necessidade de que as demais experiências sejam devedoras destes, uma vez que a ideia de *primeiros cursos* recorre à cronologia como elemento de validação para tal perspectiva.

Contudo, partindo das premissas de autores como Gaddis (2003) e Prost (2014), as quais afirmam que a dimensão do tempo, na narrativa histórica, é também uma construção, uma

¹Este texto é fruto da pesquisa intitulada “Saberes da disciplina, saberes da profissionalização: uma leitura sobre a institucionalização da História por meio de Introdução ao Estudo da História na Faculdade de Filosofia de Natal (1963-1968)”, desenvolvida como dissertação de mestrado no Programa de Pós-Graduação em História e Espaços da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

²Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e membro do Grupo de Pesquisa Espaços, Poder e Práticas Sociais. ID Lattes: 3007492193190479. ORCID: 0000-0002-5928-6977. E-mail: matheus.oliveira.silva.701@ufrn.edu.br.

manipulação do ofício, o presente artigo visa demonstrar que esse ponto em comum na historiografia, na verdade, possui um padrão de narratividade. Ao sugerir tal ideia, ao invés de tantos outros termos possíveis, como *cânone* ou *mito*, por exemplo, se quer evidenciar que há uma dimensão na narrativa que possui especificidade, forma, função na criação de sentido.

Para isso, recorrer-se-á à uma amostra de trabalhos acadêmicos sobre o tema em questão, apresentando a forma como eles recorrem à narrativa sobre os cursos de História da USP e da FNFfi e, em seguida, promover-se-á um contraste face a outras possibilidades de narrativa sobre o ensino superior de História a partir de outros parâmetros temporais, que não o do critério da cronologia, no sentido do primeiro pelo primeiro³.

A história sobre os cursos superiores de História

Ao se pensar a história do ensino de História, foi a educação básica que ganhou lugar de destaque nas reflexões dos historiadores, sobretudo a partir da década de 1980. Pode-se entender tal atributo por meio de elementos como o crescimento do interesse da área da educação e da história pelo tema; a tendência de se pensar a escola como instrumento de poder; a necessidade de se desvincular de um ensino centrado nos heróis e na pátria; as reformas curriculares dos anos 1990 e a consolidação da pós-graduação no Brasil.

O ensino superior, nesse contexto, geralmente aparece sob sua relação com a educação básica. Nadai (1993), por exemplo, no texto “Ensino de História no Brasil: trajetória e perspectiva”, publicado em 1993 na Revista Brasileira de História, faz um trabalho de historicização do ensino, mas também pensando a educação básica. Sobre o ensino superior, a autora faz um breve relato sobre a criação dos cursos da USP e da FNFfi, suas influências intelectuais e os aponta como tentativas de promover as primeiras mudanças no ensino para a educação básica. Sobre as referidas influências, ela diz:

No caso paulista, nas origens da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, os estudos de foram marcados por três influências: na Cadeira de História da Civilização, pelos historiadores franceses da “École des Annales”; na de História do Brasil, pelos representantes do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, de cunho conservador e tradicional; e na Cadeira de História da América, pelo historiador norte-americano Paul Vanorden Shaw, detentor de uma visão menos dogmática, incluindo perspectiva interdisciplinar (NADAI, 1993, p. 154–155).

Sobre essas influências, a autora diz que houve uma condução “para a compreensão, em novas bases, do objeto e do método da História e, por conseguinte, do seu ensino” (NADAI, 1993, p. 155). Com isso, redireciona a questão do ensino superior.

Já Knack e Friedrichs (2018, p. 88–89), ao revisitar diferentes fases sobre a história do ensino de História no Brasil na historiografia, reúnem obras que, dentre outras coisas, afirmam haver um distanciamento entre escola e universidade, como Fenelon (2008) e Silva (1984) por exemplo, reforçando assim a ideia de que, num primeiro momento, o ensino superior de História conviveu na historiografia sob sua relação com a escola.

Porém, em 1998, foi defendida a tese *A história pensada e ensinada: da geração das certezas à geração das incertezas*, de Helenice Ciampi, na Universidade de São Paulo (USP), e que depois

³Freitas (2010) também escreveu no sentido de apresentar outros possíveis parâmetros para se pensar a história dos cursos superiores de História, contudo, a partir da instituição de cadeiras isoladas, das tentativas de implantação de institutos de Altos Estudos e da instituição de cadeiras dentro dos cursos nas faculdades de filosofia.

seria publicada em 2000. Uma das novidades da pesquisa foi a tomada de um curso universitário como objeto de estudo. Sua investigação sobre a História que se ensinava na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) entre os anos 1971 e 1988, além de iniciar a demarcação de um outro tipo de produção a levou a perceber que, à época, se fazia necessário o desenvolvimento de estudos sobre o ensino universitário de História, voltados para uma abordagem histórica do ensino e da formação de historiadores (CIAMPI, 2000, p. 17).

Alguns anos depois, outra evidência da mudança de status da história do ensino superior, apartada da história do ensino, foi a publicação do texto *Itinerários do ensino de História*, de Itamar Freitas, em 2006, como parte da obra *Histórias do ensino de História no Brasil (1890–1945)*, apresentou uma das primeiras análises sobre o estado da arte da história do ensino superior de História.

À época, o tema ainda não contava com muitos adeptos e, segundo o autor,

As primeiras referências ao ensino de história como disciplina escolar e disciplina acadêmica, podemos encontrá-las nos textos de Jonathas Serrano (1931) e Hélio Viana (1952 e 1961). São breves relatos sobre a criação de cadeiras de história do Brasil, sobre os seus ocupantes, as instituições que as abrigaram e a legislação correspondente, no período que vai da colônia à fundação da Faculdade Nacional de Filosofia. Os trabalhos de Hélio Viana foram atualizados e complementados por Américo Jacobina Lacombe (1973). Eles compõem um capítulo da *Introdução à história do Brasil* – manual direcionado à formação de professores, encomendado por Anísio Teixeira (FREITAS, 2006, p. 14).

A partir do trecho acima, é possível constatar que o ensino superior já havia sido objeto de escrita durante o século XX, mas com características distintas, como a ênfase em cadeiras e legislações; a tentativa de abarcar longos períodos e a própria característica dessa escrita, que não eram análises, mas sim relatos⁴.

Recentemente, contudo, o cenário de publicações tem se alterado. Oliveira e Souza (2020, p. 198–200), em outro balanço historiográfico, localizaram 22 trabalhos realizados desde Ciampi (2000). Diferentemente de Freitas (2006), o enfoque dos autores, ao se debruçar sobre tal cenário, já apontava para uma tentativa de proporcionar um maior dimensionamento acerca dele, levando em considerações elementos importantes para a compreensão de sua produção.

Segundo os autores, por exemplo, tais trabalhos podem ser caracterizados por uma concentração nos programas de pós-graduação em Educação, indicando a História da Educação como um forte receptáculo dessa discussão; e por uma concentração geográfica no Sudeste.

Além disso, temporalmente os trabalhos analisam as décadas de 1950 a 1980. Esse recorte pode ser justificado pelas faculdades de filosofia, pela expansão do ensino superior (graduação e pós-graduação), pela Reforma Universitária, fundação de diversas instituições pelo país, processo de modernização dos anos 1950–1960 e da própria Ditadura Militar.

Já Costa (2021), a partir de outro levantamento, com 16 trabalhos, e no qual muitas das constatações de Freitas (2006) são ratificadas, afirma que a produção historiográfica sobre o tema toma como objeto cursos que persistem até o momento, não sendo estudadas as experiências que não lograram êxito. Isso se configura, portanto, em um estudo das continuidades. Isso, por sua vez, parece justificar a escolha da fundação da USP, em 1934, como ponto de partida para se narrar a história dos cursos no Brasil. Além disso, as histórias dos cursos superiores

⁴No mesmo livro contém ainda outros textos sobre a história dos cursos de História, a saber, “A velha história francesa no ensino superior: o exemplo de Afonso D’Escagnolle Taunay na Faculdade Livre de Filosofia e Letras de São Paulo” e “Uma via italiana para o ensino superior de história: as preleções de Francisco Isoldi na Faculdade de Letras e Filosofia de São Paulo (1931/1932)”.

são contadas a partir do momento de sua fundação, ou seja, se escreve sobre um determinado curso começando por um ano, porque esta marca seu início.

Através de Ciampi (2000) e Freitas (2006), testemunha-se as primeiras articulações em torno de um objeto. Da quase inexistente produção, passou-se, como demonstraram Oliveira e Souza (2020) e Costa (2021), a um número significativo de trabalhos, caracterizados por uma concentração na região Sudeste; por uma referência à fundação do curso da USP como ponto de partida; e com análises centradas entre as décadas de 1950 a 1980⁵.

De forma geral, essas são algumas das principais características da historiografia sobre a história dos cursos superiores de História no Brasil, que as referidas obras nos oferecem. Porém, em função dos objetivos que cada uma possui, há uma dimensão que não é analisada. Se é praticamente um consenso que a história de fundação do curso da USP (e incluiria ainda da Faculdade Nacional de Filosofia) funciona como ponto de partida para se narrar as outras histórias, ainda que em outros locais, não se observou como tal referência se estrutura narrativamente, ou seja, a tipificação e a maneira qualitativa como se desenrola, e se essa seria a única possibilidade para se compreender os processos que culminam na fundação dos cursos de História. É nessa lacuna que o presente texto visa se inserir.

A ideia de uma *estrutura narrativa* parte, em primeiro lugar, da concepção de Gaddis (2003) de que as representações sobre o passado não são naturais, mas sim manipulações do ofício do historiador. Trata-se, portanto, de tomar como pressuposto que as proposições feitas pelos trabalhos acadêmicos não podem partir da pura e simples realidade dos fatos, sem que haja ali uma agência humana, que pode ser a tradição, a força da memória, o poder acadêmico, entre outros fatores.

Em função disso, elaborou-se uma amostra⁶ de 16 trabalhos que versam sobre a história dos cursos de História no Brasil⁷.

Na amostra, como se pode observar, predominam as dissertações (6) divididas entre a História e a Educação, o que também acontece com as teses (3). Com dois trabalhos no início do século, os demais se concentram em torno do ano de 2010, sendo alguns anteriores e outros posteriores.

No que diz respeito a seus objetos, vê-se que as constatações de Freitas (2006) e Costa (2021) são ratificadas, pois ambos os autores apontam para a existência de uma perspectiva continuísta nos trabalhos em questão. Todos eles passam, em suas narrativas, pelas faculdades de filosofia, mas os termos escolhidos para nomear seus objetos de estudo são os contemporâneos “universidade estadual” e “federal”.

Ainda acerca dos objetos, vê-se que há uma diversidade de regiões. São contempladas as regiões Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste, carecendo-se ainda de trabalhos sobre o Norte. Neste sentido, a referência à uma cidade ou a estados é um ponto comum nos títulos dos trabalhos. Alguns fatores poderiam explicar tal atributo.

⁵ Ainda há uma carência de trabalhos que investiguem as razões que explicariam o crescimento de tal interesse na temática da história dos cursos superiores de História.

⁶ Por admitir a possibilidade de incompletude desse levantamento, utilizarei para ele a rubrica de amostra. Além disso, nem todos os trabalhos relacionados por Oliveira e Souza (2020) e Costa (2021) foram incorporados aqui por uma questão de acesso aos mesmos.

⁷ Optou-se por trabalhos que começassem suas análises, pelo menos, na década de 1930 e/ou terminassem na década de 1970. A primeira baliza deste recorte tem a ver com o período em que surgiram cursos como o da USP, UDF/FNFi e UP (UFPR), uma vez que os trabalhos considerados como caracterizadores do campo apontaram para uma concentração temporal nessas experiências. Já os anos 1970 foram escolhidos por terem sido por englobar a reforma universitária e o surgimento dos programas de pós-graduação, marcos que instituíram um outro contexto universitário país e porque à época já se tinha um número considerável de cursos em funcionamento.

Tabela 1: Amostra de trabalhos sobre a história dos cursos superiores de História

| Autor | Ano | Tipo | Área | Objeto ⁸ |
|-----------------|------|---------------|----------|--|
| BENFICA | 2016 | Tese | História | UNEMAT/UFMT ⁹ |
| BEZERRA | 2007 | Dissertação | História | O ensino superior de História na Paraíba |
| BORGES | 2006 | Dissertação | Educação | UCG ¹⁰ |
| CARVALHO | 2010 | Tese | Educação | FF/UEPG ¹¹ |
| COSTA | 2018 | Tese | História | USP ¹² |
| FERREIRA | 2013 | Livro | História | FNFi ¹³ /USP |
| FERREIRA; SILVA | 2011 | Artigo | História | Cursos de diferentes regiões do país |
| LIMA | 2002 | Monografia | História | UFRN ¹⁴ |
| OLIVEIRA | 2011 | Dissertação | Educação | FCFG ¹⁵ |
| PEREIRA | 2010 | Dissertação | História | FNFi |
| PORTO | 2009 | Dissertação | Educação | UFAL ¹⁶ |
| RODRIGUES | 2002 | Dissertação | História | UPA ¹⁷ |
| RODRIGUES | 2020 | Cap. de livro | História | UFRGS ¹⁸ |
| ROIZ | 2007 | Artigo | História | FFLCH/USP ¹⁹ |
| ROIZ | 2020 | Artigo | História | FFCL/UFPR ²⁰ |
| TITO | 2011 | Tese | História | FFNGO ²¹ |

Fonte: SILVA, 2023, p. 27.

O nome das instituições carregava um elemento geográfico. Neste sentido, a própria localidade dos cursos é um fator de distinção institucional, o que pode ser elucidado, por exemplo, pelo fato de que ao reproduzir a mesma denominação para diferentes instituições, é pela geografia que se discrimina cada uma delas. Sabe-se, por exemplo, que nas décadas de 1950 e 1960 as faculdades de filosofia eram instituições presentes em diversas localidades e por isso tinha-se designações como “Faculdade de Filosofia de”, às vezes acrescidas dos termos “Letras”, “Ciências” ou “Artes”, da mesma forma como acontece atualmente com as universidades estaduais e federais, nomeadas como “Universidade Estadual de” ou “Universidade Federal de”.

Além disso, a referência às localidades embasa-se na importância que os contextos locais possuíam para explicar processos como os de fundação de cada instituição, formação de quadro docentes etc. Apenas entre as teses e dissertações da amostra, por exemplo, todos

⁸Uma vez que aqui nos interessa o fato de se desenvolver um estudo/uma pesquisa a partir de um *curso superior de História*, não inclui tal nomenclatura nos referidos objetos, pois tal informação já está assumida. Pela mesma razão não registrou, aqui, quais processos especificamente cada trabalho procurou investigar.

⁹Universidade Estadual/Federal do Mato Grosso.

¹⁰Universidade Católica de Goiás.

¹¹Faculdade de Filosofia da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

¹²Universidade de São Paulo.

¹³Faculdade Nacional de Filosofia.

¹⁴Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

¹⁵Faculdade Católica de Filosofia de Goiás.

¹⁶Universidade Federal de Alagoas.

¹⁷Universidade de Porto Alegre.

¹⁸Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

¹⁹Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Paulo.

²⁰Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal do Paraná.

²¹Faculdade de Filosofia do Norte Goiano.

os trabalhos possuem um capítulo ou um tópico para discutir os contextos locais, sendo eles aspectos políticos como legislação ou processos de urbanização de seus respectivos estados.

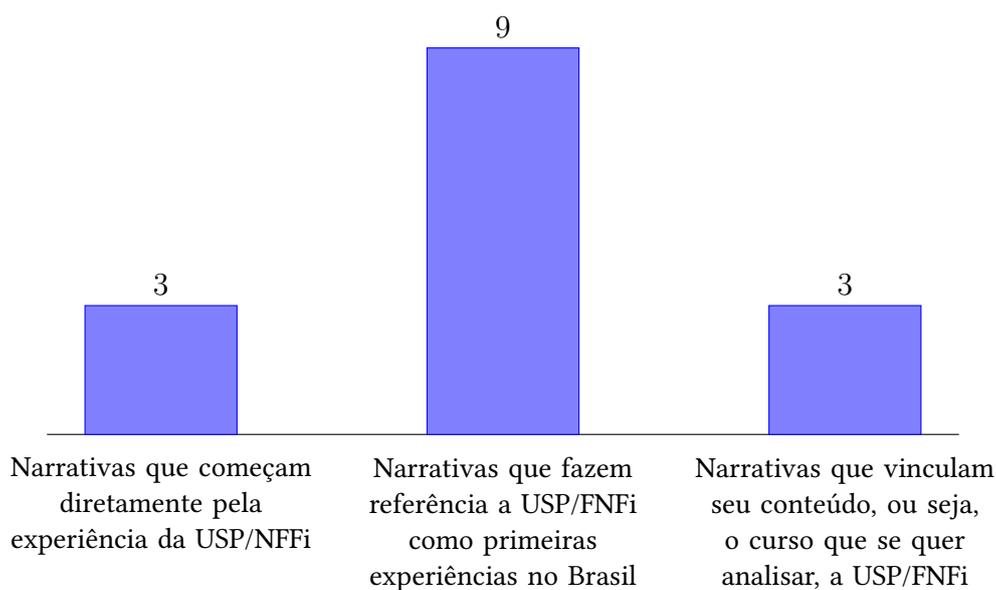
Ao mesmo tempo em que tais trabalhos conferem importância aos seus contextos locais, chama atenção que boa parte deles faz referência às experiências de fundação dos cursos de História da Universidade de São Paulo e da Faculdade Nacional de Filosofia. Até certo ponto, compreende-se isso pela necessidade de criar parâmetros historiográfico para inserir o objeto de estudo; pela aceitabilidade que ter tais instituições em uma narrativa confere ao trabalho; e o fato de que essa é a narrativa consolidada na historiografia.

Porém, para melhor se compreender tal referência, elaborou-se três critérios de análise, sendo eles:

- a) Narrativas que, ao contar a história de um curso, começam diretamente pela experiência da USP/FNFi²²;
- b) Narrativas que fazem referência à USP/FNFi como primeiras experiências no Brasil²³;
- c) Narrativas que vinculam seu conteúdo, ou seja, o curso que se quer analisar, à USP/FNFi²⁴.

Dessa forma, podemos caracterizar a amostra da seguinte maneira:

Figura 1: Tipificação das estruturas narrativas



Fonte: SILVA (2023, p. 36)

Algumas interpretações são possíveis a partir da quantificação apresentada. Se observarmos a primeira categoria, pode-se pensar, em função da quantidade de trabalhos, que a historiografia não é tão refém assim de uma perspectiva centrada no eixo Rio-São Paulo, uma vez que, em contrapartida, tem-se nove trabalhos, na segunda categoria, que não fazem referência

²²Para essa categoria, os critérios são: há um capítulo/tópico/parágrafo que antecede a história do curso local, contando o percurso do ensino superior no eixo Rio-São Paulo.

²³Não possuem, necessariamente, um capítulo exclusivo para a história dos ditos “primeiros cursos” ou não começam a história de seus cursos diretamente pelo eixo Rio-São Paulo, mas em algum momento, ao longo do texto, afirma que São Paulo e Rio de Janeiro abrigaram os primeiros cursos de História.

²⁴Trabalhos cuja narrativa cria a imagem de um curso local como filho do processo de institucionalização do ensino superior no eixo Rio-São Paulo. Esquemáticamente, a narrativa apresenta uma noção de causalidade.

apenas à tal história. O critério aqui, portanto, seria do peso que uma narrativa ganha com o espaço que é dedicado a ela²⁵.

Por outro lado, poderíamos enxergar a situação da seguinte forma: se tivéssemos apenas três trabalhos (no Brasil), como é o caso da primeira categoria, seria compreensível que encontrássemos uma história única. Contudo, temos na segunda, em termos proporcionais, três vezes mais trabalhos, e ainda assim encontramos a mesma narrativa. O que muda, portanto, é a forma e o espaço.

Vemos que há, assim, um peso no segundo critério, o que significa que a apropriação sobre uma história única está mais diluída do que necessariamente repartida dentro da historiografia sobre os cursos superiores de História. Tal inferência, visualmente demonstrada, nos permitiria postular que haveria uma naturalização dessa história.

O problema dessa referência, por outro lado, pode ser ratificar a ideia de que as demandas de cada local, as motivações dos sujeitos envolvidos na criação dos cursos, as necessidades de formar professores em cada localidade não seriam suficientes para explicar o fenômeno da criação desses respectivos cursos, gerando assim uma perspectiva de filiação, no sentido parental, da USP e da FNFfi.

Outros marcos, outras possibilidades narrativas

Benfica (2016), em sua tese de doutorado, estuda a institucionalização do campo histórico na Universidade Estadual de Mato Grosso e Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, entre 1968 e 1990. Ao explicitar a construção de sua tese, afirma:

O corpo do trabalho tem início com o capítulo “O campo histórico no contexto das reformas do regime militar”, em que se tenta propor uma síntese do campo histórico acadêmico no Brasil, fora do debate da historiografia. O fio condutor foram as mudanças legislativas na educação e a implantação do campo histórico acadêmico, que recua à criação do curso de Geografia e História na USP e do curso de História na UDF, a fim de situar as vicissitudes do campo na formação do professor encarregado do conhecimento histórico. Os dois subcapítulos dessa primeira parte remetem-se ao contexto político nacional, que influenciaria a política de ensino superior no sul do antigo Mato Grosso, com destaque aos esforços modernizadores para o campo educacional (BENFICA, 2016, p. 24–25).

Já Rodrigues (2002), quando procura contextualizar o percurso do ensino superior no país, afirma que:

A primeira universidade a incluir uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, no Brasil, foi a Universidade de São Paulo (USP). A trajetória inicial dessa instituição revela particularidades que a tornaram referência paralela às legislações que estipulavam os modelos a serem seguidos pelas faculdades similares no Brasil. Aquilo que a legislação esboçava para as Faculdades de Educação, Ciências e Letras, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP superava, antecipando-se ou desviando-se do modelo em determinados aspectos. Isso foi possível não somente pela adoção de um modelo sutilmente diferenciado da legislação, mas também pelo volume de investimentos que o estado de São Paulo podia e se dispunha a oferecer para a sua universidade (RODRIGUES, 2002, p. 29).

²⁵O trabalho de Lima (2002) não se enquadrou em nenhuma das categorias.

O que há de oportuno a se observar nos trabalhos citados é o fato de que cada um possui objetos diferentes, foram produzidos em épocas distintas e têm objetivos próprios, mas que ainda assim partilham de pontos (temporais-narrativos) comuns, ratificando a USP e/ou UDF/FNFi como as primeiras experiências no Brasil, e fazem isso recuando até a data de fundação dessas instituições e afirmando seu pioneirismo.

Em um texto mais recente, Rodrigues (2020) afirmou que o Decreto federal nº 1.190, de 1939, deu origem às faculdades de filosofia no Brasil. Seria incoerente desconsiderar a possibilidade de que a autora estaria sugerindo que, na verdade, o Decreto, que inaugura a Faculdade Nacional de Filosofia, deu o pontapé na esteira das diversas outras instituições que surgiram posteriormente. Mas se delegarmos a tal decreto a criação das primeiras faculdades, como se deveria narrar, por exemplo, sobre o Decreto nº 40.573, de 1956, que autoriza o funcionamento da Faculdade de Filosofia de Natal, por exemplo?²⁶ Deve-se dizer que surgiu como resultado do Decreto federal nº 1.190? Ou afirmar que o Decreto nº 40.573 é único e, assim, não tem ligação com o outro?

Segundo Gaddis (2003), marcos temporais e representações do passado são manipulações do ofício. Isso significa que contar a história dos cursos superiores sempre partindo da USP e da UDF/FNFi é uma tarefa que demanda critérios — e o mais recorrente deles foi o da cronologia. Ele está exemplificado nos trechos já citados. Isso significa que se costuma narrar, construir trabalhos acadêmicos e explicar experiências citando a USP e UDF/FNFi porque elas seriam as primeiras universidades do país.

Observemos o que afirmam Bezerra (2007) e Borges (2006):

É no contexto da década de 1930 que são criadas as primeiras universidades do país, tais como a Universidade de São Paulo-USP (São Paulo, 1934) e a Universidade do Brasil (Rio de Janeiro, 1939). Na Paraíba é criada a primeira instituição de ensino superior em 1934, a Escola de Agronomia do Nordeste, no município de Areia, mas somente em 1937 começa a funcionar, sob financiamento do governo do Estado, sendo federalizada em 1950 (BEZERRA, 2007, p. 29).

Durante a Primeira República foi criada, em 1920, a primeira entidade de ensino superior com o nome de Universidade e que de fato se efetivou: a Universidade do Rio de Janeiro. Antes dessa iniciativa houve outras, “à revelia do poder central”, como a Universidade de Manaus (1909), que sucumbiu com a crise do Ciclo da Borracha; a Universidade de São Paulo (1911), criada pela iniciativa particular, que não resistiu à competição com uma escola de medicina criada pelo governo estadual; e a Universidade do Paraná (1912), que não sobreviveu à reforma Carlos Maximiliano (1915), que inviabilizava a criação de uma universidade em cidades com menos de 100 mil habitantes, como era o caso de Curitiba, à época (BORGES, 2006, p. 53).

Para o primeiro trecho, a construção da narrativa se dá pela ordem dos elementos dispostos nas frases: as primeiras universidades do Brasil datam da década de 1930 e, *na Paraíba*, apenas em 1934 (mesmo ano de fundação da USP), surge uma instituição de ensino superior.

No segundo trecho, embora o critério seja o da *ordem*, ou seja, *a primeira universidade*, a construção da narrativa não segue a literalidade desse critério, demonstrando a força de narrar

²⁶Outra marca importante na amostra aqui debatida é a ausência de uma argumentação em torno da ideia da Faculdade Nacional de Filosofia como modelo para as demais instituições. Não são poucos os trabalhos que afirmam tal coisa, porém não explicitam como se chega a tal conclusão.

a partir da experiência bem-sucedida do Rio de Janeiro, ou seja, os casos de insucesso de instituições de ensino superior não nos serviriam para contar a história de um campo. É necessário partir do que deu certo. Assim, melhor dizendo, o correto seria *a primeira universidade que deu certo sob o parâmetro x ou y*.

Outro importante aspecto é que há trabalhos de referência que, embora possam reproduzir a narrativa aqui debatida, explicitam o critério sob o qual tomam as experiências do eixo Rio-São Paulo como as pioneiras. Em outras palavras, não se pode dizer que a historiografia carece de critérios. É o caso de Cunha (2007) quando afirma que:

Chamavam-se e eram chamados de *universitários* os professores e estudantes de quaisquer estabelecimentos de ensino superior. Uns e outros tratavam do ensino superior como sendo a universidade. Isso me levou usar o termo universidade em dois sentidos. Em sentido amplo, denotando o conjunto de instituições de ensino superior; em sentido estrito, as instituições organizadas conforme os requisitos estabelecidos em lei para serem formalmente reconhecidas como universidades, critérios esses que mudaram no decorrer do período estudado. Em 1945, o ensino superior brasileiro compreendia 5 universidades no sentido estrito, e 293 estabelecimentos isolados matriculando no total 27.253 estudantes. Essas universidades tinham se organizado pela aglutinação de estabelecimentos isolados, à exceção da universidade de Porto Alegre, que se formou pela diferenciação da Escola de Engenharia (CUNHA, 2007, p. 17).

Cunha (2017) explicita quem era considerado universitário, o que era uma universidade e como elas eram vistas dentro do sistema educacional do país. Fornece, por conseguinte, ao menos três parâmetros que situam seu objeto.

Ferreira e Silva (2011, p. 285), em um histórico das instituições de ensino superior no Brasil desde as ordens religiosas no século XVI, afirmam que:

em 1920, no Rio de Janeiro, foi criada a primeira universidade duradoura do país: a Universidade do Rio de Janeiro – que, a partir de 1937, passaria a se chamar Universidade do Brasil. Essa instituição foi constituída pela junção das faculdades de Medicina, Engenharia, Direito e de duas instituições privadas que foram federalizadas. Ela serviria de modelo para as demais universidades criadas no país a partir daquele momento, através da junção de faculdades e cursos pré-existentes, como a Universidade de Minas Gerais, criada em 1927 pela aglutinação das faculdades de Engenharia, Direito, Medicina, Odontologia e Farmácia, já existentes em Belo Horizonte.

A Universidade do Rio de Janeiro foi a primeira universidade *duradoura*, ou seja, seu status de primeira está restrito a um grupo de instituições bem delimitadas. Ainda assim, por mais que se entenda que elas se referem às instituições que, uma vez fundadas, persistem até os dias atuais, o termo *duradouro* parece não demonstrar que houve certa preocupação em colocar a Universidade do Rio de Janeiro em seu lugar, pois é plenamente viável questionarmos se uma instituição que durou 50 anos, por exemplo, não pode ser considerada duradoura, mesmo tendo suas atividades encerradas.

Borges (2006, p. 55), ao também fazer um histórico sobre as instituições de ensino superior, demonstra seus critérios afirmando que:

A Universidade do Rio de Janeiro foi reorganizada de acordo com o Estatuto das Universidades Brasileiras. A Universidade de São Paulo (USP), entretanto, criada

em 1934, foi a primeira universidade criada e organizada já nos moldes do Estatuto. Foi idealizada pela elite cultural paulista.

Vejamos que, situando o Estatuto das Universidades, de 1931²⁷, parece ser um pouco mais compreensível o porquê desse ponto de partida. Contudo, quando se usa o Estatuto como medida, se faz parecer que as universidades que dele resultariam, como a Universidade do Rio de Janeiro e a USP, teriam sido a partir dele legitimadas e, por isso, podem ser consideradas as primeiras universidades.

De toda forma, não poderíamos falar, na historiografia, sobre a inexistência de uma certa consciência a respeito dos marcos temporais, indicando que, na verdade, a amostra de trabalhos aqui analisada apenas está se apropriando, como já dito, de modo naturalizado de um mito de origem e, assim, corroborando na consolidação de um cânone.

Parece compreensível que, a partir do Decreto nº 19.851, de 1931, tenha-se a delimitação de um modelo de universidade e que a USP, por exemplo, seria considerada a primeira por estar dentro de tais parâmetros. Mas como alocar, nesta narrativa, o Decreto-lei nº 8.457, de 1946, e as leis de integração dos anos 1950?

Segundo Cunha (2007),

A organização das novas universidades foi bastante facilitada pelo decreto-lei 8457 de 26 de dezembro de 1945, promulgado pelo presidente provisório José Linhares. As exigências ficaram bem mais flexíveis do que as determinadas pelo Estatuto das Universidades Brasileiras, de 1931. O decreto determinava que uma universidade precisaria ter, pelo menos, três unidades de ensino. Mas, pelo novo critério, duas delas (e não as três) deveriam estar entre as de Filosofia (e não mais Educação, Ciências e Letras) Direito, Medicina e Engenharia (CUNHA, 2007, p. 80).

Além disso, “embora o Estatuto proclamasse ser a universidade o padrão para a organização do ensino superior, admitia a existência de estabelecimentos isolados como uma concessão à realidade onde estes constituíam imensa maioria” (CUNHA, 2007, p. 18). Assim, vê-se que o Estatuto não confere às referidas universidades a exclusividade que as narrativas aqui analisadas as conferem.

Já a partir de 1946, o ensino superior brasileiro passou por um processo de expansão e integração, dado pelas “leis de integração”. Desde a política educacional do Estado Novo, foram criados mecanismos que ramificavam o equivalente ao ensino médio entre aqueles que estavam aptos ao grau superior e os que não estavam. Dentro do quadro dos governos populistas, a começar pelo segundo governo de Vargas, entre 1950 e 1954, as leis de integração passaram a ser gestadas.

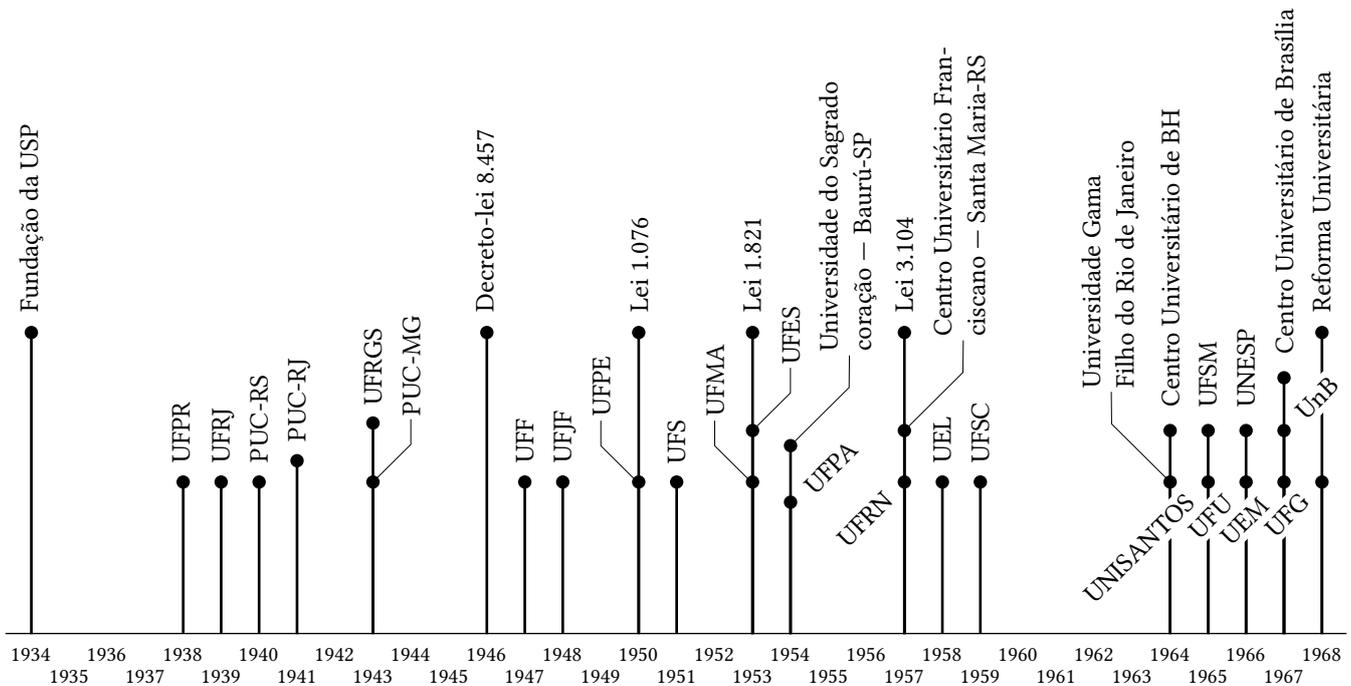
A primeira delas, a Lei nº 1.076/1950, permitia que estudantes se inscrevessem “nos exames vestibulares de quaisquer cursos superiores. Com essa medida, a estrada para o ensino superior, antes limitada ao secundário, passava a ter como tributários o primeiro ciclo dos ramos profissionais e todo o ensino comercial” (CUNHA, 2007, p. 68).

Já com a Lei nº 1.821/1953, o ingresso no segundo ciclo do secundário foi novamente expandido, desta vez aos concluintes do primeiro ciclo do ensino normal, enquanto a Lei nº 3.104/1957 permitia que os concluintes de cursos de formação de oficiais da polícia militar se candidatassem a qualquer curso.

²⁷Em 1931, durante a gestão de Francisco Campos como ministro da Educação e da Saúde Pública, foi publicado o Decreto nº 19.851, que ficou conhecido como Estatuto das Universidades por propor e definir parâmetros para o ensino universitário brasileiro. Simultaneamente, foram publicados os Decretos-lei 19.850 e 19.852, que criavam respectivamente o Conselho Nacional de Educação e estabelecia a organização da Universidade do Rio de Janeiro.

As leis de integração e o Decreto-lei nº 8.457 teriam força para também configurar um modelo de universidade específica? Afinal, a abrangência de uma instituição também faz parte de sua caracterização²⁸. Entre 1934 e 1968, anos que marcam, respectivamente, a fundação da USP e a Reforma Universitária, surgiram pelo menos 25 cursos de História. Contudo, a maioria deles se concentra após 1946²⁹, o que sugerir alguma influência dos referidos marcos legais, expostos no gráfico a seguir:

Figura 2: Cronograma do surgimento de alguns cursos de História no Brasil



Fonte: SILVA (2023, p. 43)

Outra questão que se levanta é em relação ao termo “ensino superior brasileiro”, muito empregado pela amostra. Por um lado, compreende-se que a adjetivação “brasileiro” é nacional, ou seja, é utilizada para se referir a um determinado nível de ensino dentro de um território política e geograficamente denominado Brasil. Contudo, seguindo sua literalidade, poderíamos nos conformar com a existência, por exemplo, de algumas poucas universidades em uma porção geográfica e, por ela ser parte do Brasil, nos sentiremos autorizados a falar de algo “brasileiro”. Mas se invertermos a perspectiva, podemos pensar que se nos primórdios das universidades no Brasil não havia a possibilidade do país, como um todo, ser efetivamente atendido, como podemos expandir ao território nacional um privilégio que estava destinado a uma fração da população de um estado ou outro?

O que se vê é que, ao assumir 1934 como baliza, as narrativas passam a desenhar seus respectivos cursos, direta ou indiretamente, consciente ou inconscientemente, como *filhos* das “primeiras experiências”. Segundo Antoine Prost, não há História sem datas. Elas, aliás, dão

²⁸O Decreto nº 34.330, de 1953, que regulamentava a Lei nº 1.821/1953, determinava quais alunos poderiam ingressar em qual curso, modificando, assim, o perfil de estudantes das instituições. No caso dos cursos de História, os alunos só poderiam vir do ensino comercial.

²⁹Esses dados foram elaborados por meio de um levantamento presente em Borges (2006, p. 63–65), no qual a autora estabelece uma cronologia para o surgimento das universidades que, pelo menos até a data de publicação de sua dissertação, ainda estavam em atividade. Nessa cronologia, ela utiliza as nomenclaturas atuais, como “Universidade Federal”, mesmo para aqueles casos em que as instituições federalizadas. Também trabalhei com o critério da data de fundação de cada instituição e não a de reconhecimento.

a originalidade do ofício do historiador a partir das relações no tempo, entre um antes e um depois. Na verdade, se o tempo histórico é o das coletividades, é o tempo social, é o tempo das práticas humanas, teremos que há tempos, sobreposições de tempos, percepções sobre o tempo. Nunca um tempo único, nunca as mesmas datas para tudo e todos (PROST, 2014).

Para superar essa força historiográfica, é preciso desnaturalizar a própria prática de criar o tempo. Ao retomar, por exemplo, a cronologia dos cursos superiores, apresentada no Gráfico 2, podemos repensar o termo *primeiros*. Sob quais noções promovemos um corte no tempo para instituir um sentido para *os primeiros cursos superiores*? Em escala histórica, sob a qual criamos as distâncias entre fenômenos e lhe imputamos o próximo e o distante, não poderíamos eleger um arco de dez ou vinte anos para definirmos os *primeiros* cursos? Ainda segundo Prost (2014, p. 107), “nem todos os recortes têm o mesmo valor: será necessário encontrar aqueles que têm um sentido e servem para identificar conjuntos, relativamente coerentes”.

Assim, um sentido inverso seria: se usarmos o argumento de que, efetivamente, a USP e a UDF/FNFi foram as primeiras, em sentido cronológico, estando a grande outra maioria dos demais cursos concentrados nas décadas de 1950 e 1960, o que nos impediria de dizer que os *primeiros* cursos superiores de história no Brasil surgiram neste intervalo, tendo antes disso experiências isoladas no Rio de Janeiro e em São Paulo? Afinal, se as experiências anteriores às da USP e UDF/FNFi não tiveram êxito, como se costuma dizer, e os êxitos estão localizados nas décadas de 1950 e 1960, poderíamos classificar esse período como a era de ouro, por assim dizer, da consolidação dos cursos de História no Brasil.

Isso se configura na mudança de perspectiva, sobre a qual Gaddis discorre quando afirma que ela modifica o objeto observado. Segundo ele,

Não temos outra escolha senão fazer um esboço do que não conseguimos delinear com precisão, generalizar, abstrair. Isso significa que são nossas formas de representação que determinam o que estamos representando. Voltamos, assim, ao equivalente histórico do princípio da incerteza de Heisenberg: o ato de observar modifica o objeto observado. Ou seja, a objetividade como uma consequência é quase impossível e, portanto, a verdade não existe (GADDIS, 2003, p. 44).

Trabalhos acadêmicos, como teses e dissertações, são elaborados levando em consideração uma produção historiográfica preexistente. Eles teriam, imagina-se, a possibilidade de descobrir novas narrativas, analisar as já conhecidas e criticar a ambas. Contudo, o fato de teses e dissertações apresentarem o mesmo modo de narrar não parece ser coincidência.

Considerações finais

O objetivo do presente artigo foi demonstrar a existência de um padrão de narratividade sobre a história dos cursos superiores de História brasileiros e confrontá-lo com outras possibilidades de narrativa.

Via de regra, os trabalhos sobre a temática em questão tendem a narrar as histórias sobre os cursos superiores de História a partir das experiências da USP e da FNFi. Isso se expressa, segundo nossa análise, através da construção direta de capítulos e/ou tópicos sobre esses cursos, em trabalhos cujo objetivos e objetos são outros temporais e geograficamente; ou pela menção de tais instituições como pioneiras no processo de fundação de cursos de História.

O que se discutiu é que, na verdade, tais características são balizas narrativas pautadas, sobretudo, em critérios cronológicos, mas que como tais, eles também são construções históricas,

não podendo ser tomados como naturais. Por que razão, se procurou oferecer outras possibilidades que poderiam funcionar como marcos para a produção de outros tipos de narrativa, exatamente para evidenciar que as referências à USP ou FNF*i* podem ser repensadas.

Com isso, se quer contribuir para o debate sobre a pluralização da história dos cursos superiores de História. Não se trata, assim, de excluir narrativas, mas sim permitir que possamos acelerar a produção de novos trabalhos.

Referências

- BENFICA, Tiago. **História e Universidade: a institucionalização do campo histórico na Universidade Estadual de Mato Grosso/Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (1968–1990)**. Tese (Doutorado em História) — Programa de Pós-Graduação em História, FCH/UFGD, 2016.
- BEZERRA, Francisco. **O Ensino Superior de História na Paraíba (1952–1974): aspectos acadêmicos e institucionais**. PPGHIS/UFPB, Tese de Doutorado, 2007.
- BORGES, Simone. **Os Cursos de História da Universidade Católica de Goiás e da Universidade Federal de Goiás: um olhar histórico**. Dissertação (Mestrado em Educação) — Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2006.
- CIAMPI, Helenice. **A História pensada e ensinada: da geração das certezas à geração das incertezas**. São Paulo: EDUC, 2000.
- COSTA, Aryana Lima. **Clio no espelho: um estado da arte sobre a história dos cursos superiores de História no Brasil**. História da historiografia, Ouro Preto, n. 14, p. 251–281, set./dez. 2021.
- _____. **De um curso d'água a outro: memória e disciplinarização do saber histórico na formação dos primeiros professores no curso de história da USP**. 257 f. Tese (Doutorado em história social instituição de ensino) — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.
- _____. **O curso de História da UFRN e o projeto político-pedagógico de 2004: discutindo a formação de um profissional**. Monografia (Bacharelado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.
- CUNHA, Luís Antônio. **A universidade crítica: o ensino superior na república populista**. 3. ed. São Paulo: UNESP, 2007.
- FENELON, Déa Ribeiro. **A formação do profissional de história e a realidade do ensino**. In: Tempos Históricos, Marechal Cândido Rondon, v.12, 2008.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. **A história como ofício: a constituição de um campo disciplinar**. Rio de Janeiro: FGV, 2013, 484 p.
- FERREIRA, Marieta de Moraes; SILVA, Norma Lucia da. **Os caminhos da institucionalização do ensino superior de História**. História & Ensino, Londrina, v. 2, n. 17, p. 283–306, jul./dez. 2011.
- FREITAS, Itamar. **Contribuições para o estabelecimento de alguns marcos institucionais sobre o ensino superior de História no Brasil: uma crônica das origens**. In: _____. Histórias do ensino de História no Brasil (v. 2). São Cristóvão: Editora UFS, 2010, p. 199–208.
- FREITAS, Itamar. **Histórias do ensino de História no Brasil (1890–1945)**. São Cristóvão:

Editora UFS, 2006.

GADDIS, John Lewis. **Paisagens da História**. Tradução de Marisa Rocha Motta. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

KNACKS, Eduardo Roberto Jordão; FRIEDRICHS, Lidiane. **História do ensino de História no Brasil: tendências, continuidades, rupturas**. Revista Outras Fronteiras, Cuiabá-MT, vol. 5, n. 1, p. 85–104, jan./jul., 2018.

LIMA, Maria Helena Oliveira de. **Uma história do curso de história em Natal: 1957–1968**. Monografia (Licenciatura e Bacharelado em História) – Departamento de História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2002.

NADAI, Elza. **Ensino de história no Brasil: trajetória e perspectiva**. Revista Brasileira de História, v. 13, n. 25/6, p. 143–62, 1993.

OLIVEIRA, João Paulo. **Disciplinas, docentes e conteúdos: itinerários da história na Faculdade Católica de filosofia de Sergipe (1951–1962)**. Programa de Pós-Graduação em Educação/UFS. Dissertação de mestrado. 2011.

OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de; SOUZA, Wendel de Oliveira. **O curso de História da UFRN (1956–2016): alguns vestígios de memórias e pautas para a escrita de histórias**. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. **Universidade e ensino de História**. Rio de Janeiro: FGV, 2020. p. 252.

PEREIRA, Ludmila. **O Historiador e o Agente da História: os embates políticos travados no curso de História da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (1959–1969)**. Programa de Pós-Graduação em História/UFF. Dissertação de Mestrado. 2010.

PORTO, Ana. **O Curso de História na Universidade Federal de Alagoas: dos primórdios à sua consolidação (1952–1979)**. Programa de Pós-Graduação/UFAL. Dissertação de Mestrado. 2009.

PROST, A. **Doze lições sobre a História**. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

RODRIGUES, Mara Cristina de Matos. **A formação em História na UFRGS: a pesquisa histórica como elemento distintivo entre licenciatura e bacharelado (1943–1973)**. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. **Universidade e ensino de História**. Rio de Janeiro: FGV, 2020. p. 252.

_____. **A institucionalização da formação superior em história: o curso de geografia e história da UPA/UFRGS, 1943 a 1950**. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

ROIZ, D. D. S. **A institucionalização do ensino universitário de História na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal do Paraná (1938- 1971)**. Diálogos, Maringá, v. 24, n. 3, p. 305–330, 2020.

_____. **A institucionalização do ensino universitário de Geografia e História na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo entre 1934 e 1956**. Agora, Santa Cruz do Sul, v. 13, n. 1, p. 65–104, 2007.

SILVA, Matheus Oliveira. **Saberes da disciplina, saberes da profissionalização: uma leitura sobre a institucionalização da História por meio de Introdução ao Estudo da História na Faculdade de Filosofia de Natal (1963–1968)**. 2023. (Dissertação de Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de

Pós-Graduação em História e Espaços, Natal, 167 f.

